

REVISÃO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1- O princípio ou regra da Administração que determina que os atos realizados pela Administração Pública, ou por ela delegados, são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade da administração em nome do qual age o funcionário, estamos diante de qual princípio? *P. da Impessoalidade*

2- Julgue os itens a seguir e aponte se a assertiva está certa ou errada?

a) Todo ato administrativo deve ser publicado, só se admitindo sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais, ou interesse superior da Administração a ser preservado em processo previamente declarado sigiloso. *✓*

b) Como decorrência do princípio da autotutela, a Administração Pública direta fiscaliza as atividades exercidas pelos entes da Administração Indireta. *F → Tutela*

c) O princípio da eficiência impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução das metas administrativas; *✓*

d) O princípio da continuidade do serviço público consiste em que os serviços essenciais à coletividade não podem parar. Conseqüência desse princípio é a faculdade que se reconhece à Administração Pública de utilizar equipamentos e instalações da empresa contratada para assegurar a continuidade do serviço público. *✓*

3- O saudoso Hely Lopes Meirelles em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, ensina: "Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza.

A lei para o particular significa 'pode fazer assim': para o administrador público significa 'deve fazer assim'".

No trecho, o autor se refere ao princípio constitucional do Direito Administrativo?

P. da legalidade

4- As agências reguladoras tem natureza jurídica de autarquia sob regime especial, no que elas diferenciam das demais autarquias? *delegadas estatais e mandatos fixos*

5- Atividade da administração pública, expressa em atos normativos ou concretos, de condicionar, com fundamento em sua supremacia geral e na forma da lei, a liberdade e a propriedade dos indivíduos mediante ação ora fiscalizatória, ora preventiva, ora repressiva, impondo coercitivamente aos particulares um dever de abstenção, a fim de conformá-los aos comportamentos aos interesses sociais consagrados no sistema normativo. A definição objeto do fragmento de texto acima se refere a qual poder? *Poder de Polícia*

6- Explique o poder normativo? *É aquele q. o chefe do Executivo exped. atos normativos p/ fiel execut. à lei*

7- A administração pública pode vir a apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e a pessoas sujeitas à disciplina administrativa, estamos diante de qual poder administrativo? *Poder disciplinar*

8- O poder vinculado significa que a lei deixou propositadamente certa faixa de opção para o exercício da vontade psicológica do agente, limitado entretanto a escolha dos meios e da oportunidade para a concretização do ato administrativo? *Não. esse hebreu é poder discricionário*

9- Qual a natureza jurídica das autarquias? Aponte sua responsabilidade perante terceiros e privilégios. *P. J. de dir. público. Resp. Objetiva. Privilégios comuns e mg. s. mandatos*

10- No que diferem as sociedades de economia mista e as empresas públicas?

<i>S. e. Mista</i>	<i>E. P.</i>
<i>- capital misto</i>	<i>- capital público</i>
<i>- forma organizacional de S/A</i>	<i>- forma livre</i>
<i>- demandas justiça comum</i>	<i>- se federal - compet. União</i>
	<i>- demandas - justiça comum</i>